Como alcançar a China e a Índia?

Apenas o Brasil, dos quatro países candidatos a potências mundiais reunidos na sigla BRIC, ainda não reencontrou o caminho da competitividade. No último Relatório de Competitividade Mundial, do IMD, o País perdeu uma posição no ranking geral e 11 no de eficiência empresarial. Carlos Arruda, professor da Fundação Dom Cabral, analisa as perspectivas brasileiras, compara-as com as dos outros países e aponta as oportunidades existentes no horizonte

Desde o final da década de 1980, o Relatório de Competitividade Mundial (World Competitiveness Yearbook), publicado pelo IMD suíço, tem sido importante ferramenta de análise da capacidade de um país de prover um ambiente no qual as empresas possam competir (eficientemente) e crescer. A partir da análise comparativa entre os vários indicadores das principais vantagens e desvantagens competitivas de 53 países e oito regiões econômicas, o IMD elabora rankings anuais com a posição competitiva de cada economia.

A classificação se baseia em um conceito de competitividade que ressalta as relações "horizontais" entre diversas nações em um período de tempo definido. Se, por um lado, o estudo é capaz de captar as alterações de curto prazo na competitividade de uma nação, por outro, os relacionamentos dinâmicos da competitividade entre nações, menos voláteis do que os desempenhos econômicos nacionais individuais, são apenas parcialmente explicitados. Reconhecer esse fato ajuda a entender a grande variação nas posições entre os países emergentes. Suas economias são, sem dúvida, mais vulneráveis a mudanças bruscas nos ciclos econômicos mundiais do que as das nações desenvolvidas.

O expressivo crescimento da economia mundial parece confirmar a mudança –22 das 61 economias estudadas cresceram mais de 5% em 2005. Apesar disso, muitos países ainda têm dificuldades para organizar seus recursos e aproveitar as novas tendências. Uma análise interessante pode ser feita com o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, países que, segundo o banco de investimentos Goldman Sachs, serão grandes potências em 2050). No início apenas China e Índia pareciam caminhar rumo ao desenvolvimento e atualmente só o Brasil não apresenta taxas de crescimento significativas.

Relatório de Competitividade Mundial e BRIC

Em 2003, o Goldman Sachs publicou um estudo sobre as tendências de crescimento econômico mundial, a acumulação de riquezas e os ganhos de produtividade que prevê que, nos próximos 50 anos, o BRIC poderá tornar-se uma força muito maior na economia mundial.

A projeção afirma que em menos de 40 anos a economia de Brasil, Rússia, Índia e China juntos será maior do que a do G6, partindo de uma base que atualmente representa menos de 15%. Dessa forma, em 2050 teremos uma nova composição do G6 –Estados Unidos, Japão e o BRIC–, ficando de fora desse clube exclusivo os demais membros atuais (Alemanha, Reino Unido, França e Itália). No entanto, o estudo sugere que os países em questão mantenham suas políticas e o desenvolvimento de instituições e regras que promovam o crescimento como condição básica para a realização dessas projeções.

As projeções de crescimento previstas pelo Goldman Sachs para o BRIC se apóiam no modelo de desenvolvimento econômico e social proposto pelo economista argentino Robert Barros, em que o crescimento econômico de um país está baseado no aumento do nível de escolaridade e da expectativa de vida, na redução da fertilidade e dos gastos da administração pública, na manutenção de regras bem definidas e de inflação baixa e na melhoria do comércio. Esses aspectos são, por sua vez, resultado de uma estrutura institucional adequada, que garante políticas de estabilidade macroeconômica e abertura para o comércio e investimentos internacionais.

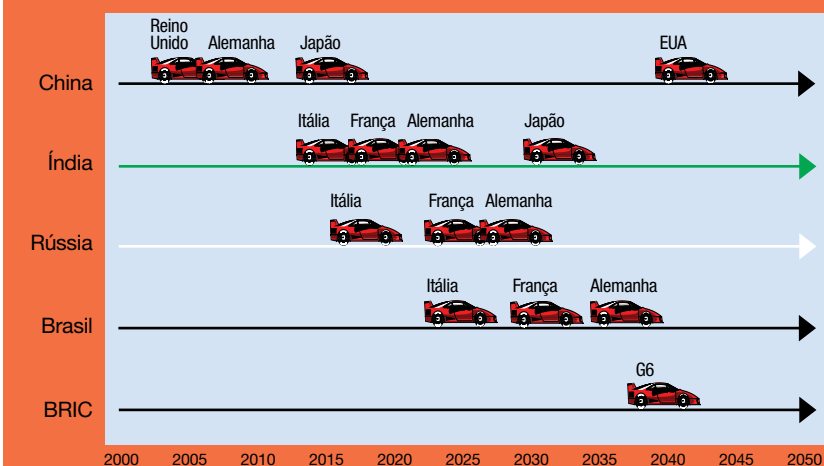
Há uma significativa correlação entre os fatores-chave de desenvolvimento apresentados pelos estudos de Barros e os fatores de competitividade analisados no Relatório de Competitividade Mundial do IMD. O fator "performance econômica" está associado à estabilidade macro do economista, condição fundamental para o crescimento, seja pelo controle da inflação para incentivo da poupança e do investimento, seja pela redução do déficit fiscal e do controle das políticas monetárias e cambiais.

O fator "eficiência do governo" está vinculado ao estabelecimento de instituições que garantam a aplicação de regras eficientes e suportem o adequado funcionamento da economia, tanto em seus aspectos macro como micro. Para o Goldman Sachs, instituições desse tipo incluem os sistemas legal, de saúde e de educação, o funcionamento dos mercados, as organizações financeiras e a burocracia governamental. As pesquisas indicam ainda que políticas públicas e econômicas inadequadas são sintomas de falhas de longo prazo nos sistemas institucionais.

A terceira condição proposta é a "abertura da economia", que no relatório do IMD aparece no subfator "legislação de suporte à atividade empresarial". Assim, a abertura para o comércio e para investimentos diretos pode dar ao país acesso a insumos importados, novas tecnologias e mercados.

A quarta e última condição básica para o desenvolvimento sugerida por Barros é o "crescimento da educação". Segundo ele, à medida que as economias crescem rapidamente, pode ocorrer a falta de trabalhadores qualificados, o que acarretaria mais tempo e investimento em educação como pré-requisito para o estágio de desenvolvimento econômico seguinte. O estudo do Goldman Sachs destaca que muitas pesquisas encontraram significativa correlação entre o nível de educação e o crescimento per capita do PIB –da ordem de 0,3% de crescimento anual para cada ano adicional de educação da população. No relatório, a educação é avaliada nos subfatores "educação" e no fator "infraestrutura", baseado em 14 indicadores.

O caminho do BRIC até 2050



Fonte: Goldman Sachs, Dreaming with BRICs: the path to 2050, Global Economics Paper, *n. 99, 2003.*

No Relatório de Competitividade Mundial de 2006, os países que compõem o BRIC apresentam resultados diversos. China e Índia se destacam pelo crescimento no ranking geral, subindo para a 19ª e 29ª posições, respectivamente, alinhadas às projeções do Goldman Sachs. Já o Brasil perdeu uma posição, caindo para a 52ª, enquanto a Rússia se mantém na 54ª colocação.

China

A China é o destaque no BRIC, com crescimento médio de 8% ao ano desde o início da década de 1980. Segundo os dados do Relatório de Competitividade Mundial de 2006, esse processo não deverá sofrer desaceleração nos próximos anos. Com o ganho de 12 posições no último ranking, o dragão asiático supera a barreira dos 20 primeiros países mais competitivos do mundo, passando a ocupar a 19ª posição entre as 61 economias avaliadas.

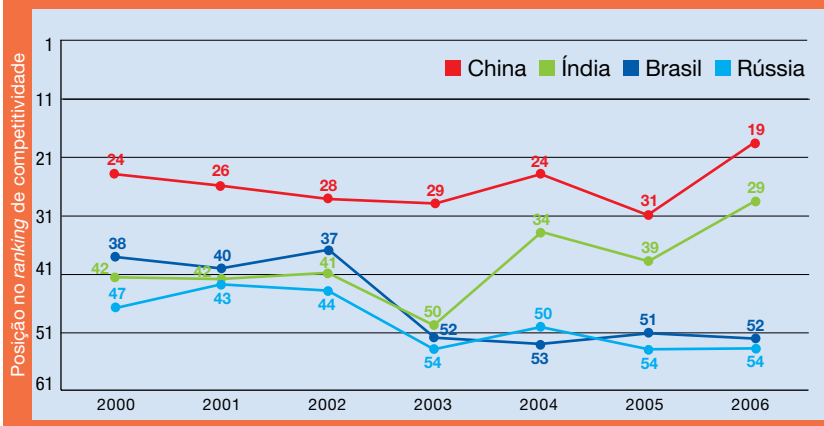
A quarta maior economia mundial continua atraindo a atenção por seu tamanho e pujança. A China aparece como a terceira maior exportadora (Alemanha: US$ 970,7 bilhões em 2005; EUA: US$ 904,3 bilhões; China: US$ 762,0 bilhões), o terceiro país com maior superávit comercial (Alemanha: US$ 196,6 bilhões; Rússia: US$ 120,1 bilhões; China: US$ 101,9 bilhões) e a terceira receptora de investimento direto estrangeiro (EUA: US$ 252,01 bilhões; França: US$ 99,24 bilhões; China: US$ 54,94 bilhões).

Ao analisar o desempenho da China no conjunto de indicadores estudados pelo IMD, observa-se que o aumento da competitividade foi resultado de significativas melhorias em praticamente todos os fatores. O país permaneceu na terceira posição no fator "performance econômica", mas, mesmo assim, apresentou melhoria significativa no subfator "preços", devido ao maior controle da inflação.

O maior ganho foi no fator "eficiência empresarial" –20 posições–, em razão de fortes incrementos nos subfatores "produtividade e eficiência", "práticas de gestão" e "atitudes e valores". Aparentemente, a entrada de empresas estrangeiras no país e o investimento local em tecnologia são os elementos por trás da melhoria nesse fator. Porém é importante ressaltar que o fator "eficiência empresarial" é o mais instável na China, impossibilitando a conclusão de que esse quadro se sustente.

A infra-estrutura chinesa registrou ganhos de competitividade pela primeira vez desde 2002. Houve melhoria de posição de todos os subfatores, exceto "saúde e meio ambiente". Esse resultado mostra os primeiros efeitos dos investimentos que já vêm sendo feitos no país. Merecem destaque os aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento de longo prazo, relacionados à ciência, tecnologia e educação. A China vem aumentando sua participação na produção científica mundial, além de continuar absorvendo tecnologias que chegam ao país com as empresas estrangeiras. Com relação à educação, o governo definiu como meta a melhoria da qualificação da população; um dos pilares do projeto é a inclusão das universidades chinesas entre as melhores do mundo até 2015, com pesado investimento e oferta de condições para que professores e pesquisadores chineses que vivem no exterior voltem para o país.

Evolução do desempenho dos países do BRIC



Fonte: IMD, Relatório de Competitividade Mundial, *2006.*

Índia

A Índia, com significativos avanços sociais, econômicos e tecnológicos, demonstra grande potencial de desenvolvimento, criando condições para um aumento gradativo de sua competitividade e melhoria das condições de vida de sua população. Ninguém mais duvida que o gigante asiático vai ocupar lugar de destaque no mundo econômico e empresarial. Este

Na China, destacam-se os aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento de longo prazo, relacionados à ciência, tecnologia e educação

ano a Índia aparece na 29ª posição, tendo conquistado um crescimento de dez posições (superado apenas pela China, que avançou 12), deixando para trás algumas das principais economias do mundo, como França (35ª), Espanha (36ª) e Coréia (38ª).

O maior crescimento foi registrado no fator "performance econômica" –cinco posições–, com destaque para os subfatores "economia doméstica" e "comércio internacional", este último fruto principalmente da crescente participação de novas multinacionais indianas em outros países. Também nos fatores "eficiência governamental" e "eficiência empresarial" o crescimento da competitividade do país está associado a melhorias nas práticas de gestão, tanto no setor público como no privado. Mas esses aspectos só fazem sentido quando observados com dados e fatos que realmente mostram o progresso da economia e da sociedade. Em 2005, a Índia manteve seu processo de rápido crescimento, com aumento de 8,1% do PIB e de 6,14% do PIB per capita. Os investimentos aumentaram 20% em um ano e equivalem hoje a 33% do PIB. Também cresceram os gastos com consumo –10,1% em relação a 2004– e a taxa de poupança –13%.

Rússia

Apesar das reformas promovidas pelo governo Putin e do crescimento médio do PIB de 6,93% nos últimos três anos, a Rússia permanece na 54ª posição entre as 61 economias analisadas. O estudo aponta que o potencial do país é muito alto, mas precisa voltar a investir na qualificação das pessoas, no desenvolvimento tecnológico, na modernização das empresas e no combate à inflação, corrupção e informalidade.

O mercado russo é bem diferente do de outras nações em desenvolvimento. Calcula-se que a classe média gaste 70% de sua renda em consumo, fato que atraiu empresas de consumo de massa como Coca-Cola, Nestlé e Heineken. Por outro lado, há alguns obstáculos ao crescimento do investimento direto estrangeiro, como a corrupção, a burocracia e a alta pirataria exercida pelo setor informal. O país possui ainda uma das taxas de inflação mais altas do mundo, ficando acima dos 12% em 2005.

A Rússia, como nação central da antiga União Soviética, foi referência em indústrias de alta tecnologia e formação de capital humano. Hoje essas áreas encontram-se em grave crise. As indústrias são atrasadas tecnologicamente, a educação e a infra-estrutura recebem cada vez menos investimentos e as pessoas altamente qualificadas migram para outros países, em busca de melhores condições de vida.

Brasil

O Brasil perdeu uma posição no ranking depois de subir duas no índice de 2005. Se no ano passado esse ganho foi explicado pela boa performance da economia brasileira em 2004 (salto de 20 posições no fator "performance econômica", da 51ª em 2004 para a 31ª em 2005), em 2006 os fatores-chave para a queda no ranking foram o baixo crescimento da renda per capita, a redução na internacionalização de empresas brasileiras e os problemas internos de corrupção e transparência do governo.

O País caiu de posição em todos os fatores em 2006. As quedas mais significativas foram nos fatores "eficiência empresarial" –11 posições– e "performance econômica" –dez posições. Houve perda de duas posições no fator "eficiência do governo" e de uma em "infra-estrutura".

Entre as melhorias que merecem destaque estão, na opinião dos executivos entrevistados, o maior apoio da legislação à abertura de empresas e a maior facilidade na realização de negócios. Também é louvável o aumento do fluxo de investimentos, tanto nacionais como estrangeiros. Já as quedas mais importantes foram atribuídas ao governo –mais corrupção, menos transparência, não implementação de decisões e políticas incoerentes com o desenvolvimento. Aparentemente, os executivos entrevistados não percebem o governo como um bom comandante para o desenvolvimento brasileiro.

O fator "performance econômica" é o mais instável da economia brasileira. No ano passado, houve ganho de 20 posições e, neste ano, perda de dez. Percebe-se não só a grande vulnerabilidade da economia, como também a certeza de que um desempenho mais sólido nesse campo dependerá de mudanças profundas em aspectos distintos, mas

Há sinais de fragilidades da China no horizonte. Um deles tem a ver com pressão por aumento dos salários e redução do número de pessoal qualificado disponível

complementares, como redução dos juros e melhorias da infra-estrutura e do sistema tributário.

A queda deste ano pode ser atribuída aos subfatores "economia doméstica", que caiu 13 posições, principalmente pela estagnação da renda per capita, e "emprego", que recuou nove posições, em razão das variáveis ligadas ao desemprego –taxa de desocupação, desemprego de longo prazo e entre os jovens. Esses problemas estão relacionados ao baixo crescimento da economia brasileira, que tem mais desempregados e pessoas entrando no mercado de trabalho que empregos disponíveis e, assim, não gera renda para a população. Por outro lado, no subfator "preços", houve melhoria de 13 posições, sobretudo devido ao baixo custo de vida no País e à grande redução da inflação.

O fator "eficiência empresarial" apresentou a maior queda este ano –11 posições–, acumulando perda de 17 posições desde 2001. Segundo o relatório do IMD de 2006, as empresas estão, ano após ano, perdendo eficiência em relação a suas concorrentes internacionais, o que pode ser atribuído à melhoria destas ou à deterioração do ambiente microeconômico. No último caso, a atratividade do País para os investidores estrangeiros pode estar comprometida, dificultando ainda mais a retomada do crescimento nacional.

Não se verificaram grandes alterações no fator "eficiência do governo", que caiu duas posições na comparação com o ano anterior. O grande problema é que, pelo quinto ano consecutivo, não houve melhorias nesse fator, que já recuou 19 posições desde 2001. Alguns pontos merecem ressalva. O primeiro é o destaque positivo dado às baixas taxas cobradas pelo governo sobre pessoas e empresas. Na verdade, não podem ser consideradas forças da economia brasileira, uma vez que o governo não devolve esse dinheiro com a prestação de serviços de qualidade para a população. Um aspecto interessante é que a variável "suporte da legislação para a criação de empresas" aparece como ponto favorável do Brasil, embora permaneça em 60º lugar na pesquisa, o que demonstra que a legislação ainda tem muito que melhorar para realmente apoiar a criação de empresas no País.

Apesar da queda, existem muitos pontos positivos a serem destacados, como a melhoria das "finanças públicas", graças à redução da dívida externa e ao aumento das reservas, e da "legislação empresarial", pois o Brasil é atrativo para investimentos internacionais e o governo interfere pouco na economia. Por outro lado, o País passou a ter a pior "estrutura institucional" da pesquisa, devido ao alto custo do capital (taxas de juros e spread bancário) e à percepção dos empresários de que o Brasil não possui políticas monetárias e cambiais que apóiem a competitividade das empresas e que muitas das relações não são honestas ou transparentes.

O fator "infra-estrutura" sofreu a menor queda este ano, de apenas uma posição, mas registra piora significativa, de 12 posições, desde 2001. Analisando a composição do fator, percebe-se que o crescimento de longo prazo do País está ameaçado, pois os piores subfatores estão ligados à capacidade de um país se desenvolver: "educação", "ciência" e "tecnologia".

Ao contrário dos outros fatores, apenas o subfator "infra-estrutura tecnológica" apresentou queda, de quatro posições, devido à relativamente pequena difusão da internet, ao limitado financiamento da tecnologia e ao excesso de regulamentação. O subfator "educação" permaneceu estável em relação ao ano passado. Já a "infra-estrutura básica" subiu quatro posições, com destaque para transporte aéreo e para produção e custos de energia elétrica. Outro subfator que saltou quatro posições foi o de "saúde e meio ambiente", graças, sobretudo, à reciclagem de papel e papelão, ao percentual da população atendida por rede de tratamento de água e à ainda pequena investida do País em ecologia.

E o futuro?

A pergunta que todos se fazem agora é: conseguirá a China manter os altos níveis de crescimento econômico e competitivo?

Apesar do otimismo de muitos, há sinais de fragilidades no horizonte. Um deles pode estar relacionado à pressão por aumento dos salários e à redução do número de pessoal qualificado disponível para as indústrias. Em um artigo publicado este ano pela Business

Week soou o primeiro alarme: em 2005, o turnover em empresas multinacionais na China chegou a 14%, contra 11,3% em 2004 e 8,3% em 2001. Por outro lado, somente em 2005 os salários subiram 8,4%, o que teria causado, segundo estudo da Câmara Americana de Comércio da China (Amcham-China) citado na reportagem, perdas de até 5% nas margens de lucro de algumas multinacionais norte-americanas. Em algumas regiões próximas a Xangai (Suzhou, por exemplo), a grande concentração de empresas de base tecnológica fez com que os salários mais baixos subissem até 40%, chegando a US$ 160 por mês. O estudo da Amcham-China sugere que essa pressão tem tanto a ver com a qualificação como com o número de trabalhadores disponíveis. Apesar de a força de trabalho no país ser de cerca de 800 milhões de pessoas, relativamente poucas têm a qualificação necessária para atividades mais sofisticadas. Segundo o estudo, indústrias como a têxtil, de brinquedos e de tecnologia requerem trabalhadores jovens com formação técnica e experiência, o que está cada vez mais difícil de encontrar nos grandes centros industriais.

No entanto, a escassez de profissionais qualificados não ocorre somente nas atividades industriais. Apenas 10% dos candidatos chineses para postos em áreas-chave como finanças, contabilidade e engenharia estão qualificados para o trabalho em empresas multinacionais. De acordo com estimativas da McKinsey, a China tem hoje cerca de 5 mil profissionais qualificados em gestão para uma necessidade de 75 mil empregos que serão criados nos próximos cinco anos. O diretor da McKinsey em Xangai, Andrew Grant, acredita que a falta de talentos será o principal limitador para o crescimento futuro da China. "Será mais cedo e mais intensa do que qualquer outra limitação por que passará o país no futuro."

A Índia é, sem dúvida, a principal plataforma mundial de operação das atividades de terceirização de serviços e de produção de softwares. A exportação de serviços, que representou 6,26% do PIB em 2005, tende a crescer exponencialmente, com a transferência para o país de atividades não apenas de serviço de apoio (telemarketing, processamento bancário, processamento contábil), mas também para a realização de pesquisa e desenvolvimento em segmentos diversos, como biotecnologia, microeletrônica e nanotecnologia. Com mão-de-obra altamente qualificada e de baixo custo, além de considerável respeito à propriedade intelectual, a Índia tem estabelecido as condições ideais para ocupar lugar de destaque no mundo dos serviços.

A Rússia, apesar do ambiente ainda incerto, começa a apresentar condições para empreender mudanças em seu ambiente econômico e social. O planejamento adequado, o gasto consciente dos recursos e a realização de reformas institucionais poderão, finalmente, organizar o mercado russo, criando um ambiente competitivo e próspero para gerar retornos positivos e reverter a tendência negativa que o país enfrenta desde o fim do comunismo.

No caso do Brasil, é perceptível que, apesar da queda no ranking, o País contou com diversas melhorias em 2005. Ainda há grandes desafios a enfrentar, mas que podem ser superados. Em primeiro lugar, é possível melhorar significativamente a eficiência pública e privada encontrando maneiras de reduzir as práticas ilegais dentro dos governos. Isso traria melhorias para a população e para as empresas, pois os recursos seriam mais bem aplicados e os custos para a realização de negócios no País poderiam diminuir.

Outra importante ação capaz de gerar resultados significativos seria a construção de um grande plano nacional –com

Saiba mais sobre Carlos Arruda

Professor de inovação e competitividade e coordenador do Núcleo de Inovação e Competitividade da Fundação Dom Cabral, Carlos Arruda é o coordenador no Brasil dos dois principais estudos de competitividade mundiais: o World Competitiveness Yearbook, do IMD, e o Global Competitiveness Report, do Fórum Econômico Mundial. Também é membro do conselho curador do International University Consortium for Executive Education (Unicon) dos EUA e integra o conselho assessor do UniEthos, organização sem fins lucrativos ligada ao Instituto Ethos que desenvolve projetos educacionais sobre responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

Arruda se graduou em engenharia mecânica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é mestre em administração também pela UFMG e doutor em administração internacional pela University of Bradford, do Reino Unido. Ele é um dos organizadores do livro Em Busca do Futuro – A Competitividade no Brasil (ed. Campus/Elsevier).

objetivos, desenvolvimento de programas e políticas para alcançá-los e avaliação dos resultados obtidos. Essa ferramenta de planejamento, ainda pouco utilizada no Brasil, é um dos maiores trunfos da China, que lançou este ano seu 11º plano qüinqüenal, para avaliar detalhadamente a situação do país e estabelecer prioridades e metas que serão buscadas nos próximos anos.

Colaboraram para este artigo Rafael Tello e Marina Araújo,
respectivamente pesquisador e bolsista do Núcleo de Inovação e
Competitividade da Fundação Dom Cabral.